

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	178.062.941
Preferenciais	56.806
Total	178.119.747
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	3.820.308	3.795.376
1.01	Ativo Circulante	537.160	542.909
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	799	1.206
1.01.02	Aplicações Financeiras	141.732	162.905
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	141.732	162.905
1.01.03	Contas a Receber	261.885	269.913
1.01.03.01	Clientes	261.885	269.913
1.01.04	Estoques	16.519	17.316
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.670	8.741
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103.555	82.828
1.01.08.03	Outros	103.555	82.828
1.01.08.03.01	Adiantamentos a empregados	4.825	4.447
1.01.08.03.02	Depósitos Vinculados	98.730	78.381
1.02	Ativo Não Circulante	3.283.148	3.252.467
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	524.749	478.881
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	524.749	478.881
1.02.01.10.03	Projeto Alvorada - recursos aplicados	174.829	174.829
1.02.01.10.04	Projeto KFW - recursos aplicados	53.723	53.720
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	6.954	8.527
1.02.01.10.07	Depósitos para reinvestimento	4.522	4.414
1.02.01.10.08	Depósitos vinculados a garantias	13.283	12.915
1.02.01.10.09	Ativos financeiros - Contratos de Concessão	271.321	224.361
1.02.01.10.10	Outros Ativos	117	115
1.02.03	Imobilizado	57.800	43.078
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	57.619	42.897
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	181	181
1.02.04	Intangível	2.700.599	2.730.508
1.02.04.01	Intangíveis	2.700.599	2.730.508
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.345.915	2.408.663
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	342.564	309.488
1.02.04.01.03	Direito de uso	11.017	11.121
1.02.04.01.04	Softwares	1.103	1.236

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	3.820.308	3.795.376
2.01	Passivo Circulante	332.037	327.150
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.669	34.572
2.01.02	Fornecedores	119.704	124.618
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	119.704	124.618
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.209	26.670
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.209	26.670
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.006	1.863
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	20.203	24.807
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	81.192	61.125
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	63.897	61.125
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	17.295	0
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	17.295	0
2.01.05	Outras Obrigações	45.155	45.185
2.01.05.02	Outros	45.155	45.185
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.144	32.144
2.01.05.02.04	Outras obrigações	3.610	3.641
2.01.05.02.05	Acordos judiciais a pagar	9.401	9.400
2.01.06	Provisões	35.108	34.980
2.01.06.02	Outras Provisões	35.108	34.980
2.01.06.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	35.108	34.980
2.02	Passivo Não Circulante	1.025.235	1.027.329
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	329.737	335.971
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	329.026	335.971
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	711	0
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil	711	0
2.02.02	Outras Obrigações	261.254	261.246
2.02.02.02	Outros	261.254	261.246
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	23.352	24.974
2.02.02.02.04	Projeto alvorada - recursos recebidos	174.468	174.468
2.02.02.02.05	Projeto KfW II - recursos recebidos	49.469	49.469
2.02.02.02.06	Convênios - recursos recebidos	3.738	0
2.02.02.02.07	Garantias contratuais de fornecedores	3.960	3.718
2.02.02.02.08	Acordos judiciais a pagar	6.267	8.617
2.02.03	Tributos Diferidos	164.932	170.469
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	164.932	170.469
2.02.04	Provisões	269.312	259.643
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.109	57.852
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	59.109	57.852
2.02.04.02	Outras Provisões	210.203	201.791
2.02.04.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	69.002	63.745
2.02.04.02.05	Provisão atuarial benefício definido-Plano de saúde	141.201	138.046
2.03	Patrimônio Líquido	2.463.036	2.440.897
2.03.01	Capital Social Realizado	1.869.622	1.869.622
2.03.01.01	Capital social	1.869.622	1.869.622
2.03.04	Reservas de Lucros	170.259	170.259

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.972	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	482.721	489.554
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-88.538	-88.538

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	350.610	329.595
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-239.498	-184.861
3.03	Resultado Bruto	111.112	144.734
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-109.920	-100.048
3.04.01	Despesas com Vendas	-38.985	-35.267
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-67.859	-62.092
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-67.859	-62.092
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-3.076	-2.689
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.192	44.686
3.06	Resultado Financeiro	32.244	5.609
3.06.01	Receitas Financeiras	62.027	23.891
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.783	-18.282
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33.436	50.295
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.297	-11.972
3.08.01	Corrente	-16.833	-16.566
3.08.02	Diferido	5.536	4.594
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.139	38.323
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.139	38.323
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,12429	0,22644
3.99.01.02	PN	0,13672	0,24909
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,12429	0,22644
3.99.02.02	PN	0,13672	0,24909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	22.139	38.323
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.139	38.323

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	43.624	64.156
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	107.774	95.742
6.01.01.01	Lucro antes do IRPJ e CSLL	33.436	50.295
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	81.555	40.865
6.01.01.03	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	7.474	7.858
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.086	9.965
6.01.01.05	Provisão para contingências	1.638	471
6.01.01.06	Atualização monetária de depósitos judiciais e REFIS	137	93
6.01.01.07	Provisão para incentivo a aposentadoria - PRSP	13.327	-10.591
6.01.01.08	Ajuste de valor presente - PRSP	-4.740	3.253
6.01.01.10	Juros e variações monetárias e cambial	9.648	6.639
6.01.01.11	Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	-44.999	-9.713
6.01.01.13	Atualização da provisão incentivo a aposentadoria -PRSP	5.330	-2.404
6.01.01.14	Rendimento aplicações financeiras	-2.737	-989
6.01.01.15	Provisão atuarial - beneficio definido plano de saúde	3.155	0
6.01.01.16	Tributos diferidos	-5.536	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-44.447	-16.015
6.01.02.02	Depósitos vinculados	-19.275	-9.042
6.01.02.03	Contas a receber	-2.058	-8.374
6.01.02.04	Estoques	797	898
6.01.02.05	Tributos a recuperar	-4.137	3.439
6.01.02.06	Tributos a recolher	-6.505	-2.679
6.01.02.08	Depósitos para reinvestimentos	-51	7.254
6.01.02.10	Outros ativos	663	-1.591
6.01.02.11	Fornecedores	-4.914	-9.501
6.01.02.12	Incentivo a aposentadoria - PRSP	-8.532	12.589
6.01.02.13	Provisão para contingências	-926	0
6.01.02.14	Projetos Alvorada e KFW II	3.735	-1.185
6.01.02.15	Acordos judiciais a pagar	-2.349	0
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	6.796	-271
6.01.02.17	Outros passivos	-7.691	-7.552
6.01.03	Outros	-19.703	-15.571
6.01.03.01	Juros pagos	-3.961	-8.804
6.01.03.02	IRPJ E CSLL pagos	-15.742	-6.767
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.146	-49.990
6.02.01	Aquisição de imobilizado/intangível	-57.798	-28.053
6.02.02	Aplicações financeiras	22.652	-20.984
6.02.03	Rendimento de aplicações financeiras	0	-953
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.885	-14.170
6.03.01	Amortização de empréstimos	-9.107	-16.861
6.03.02	Ingressos de empréstimos	222	2.691
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-407	-4
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.206	1.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	799	1.084

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.869.622	0	170.259	0	401.016	2.440.897
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.869.622	0	170.259	0	401.016	2.440.897
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.972	-6.833	22.139
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.139	0	22.139
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	6.833	-6.833	0
5.07	Saldos Finais	1.869.622	0	170.259	28.972	394.183	2.463.036

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.760.097	0	134.219	0	434.014	2.328.330
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.760.097	0	134.219	0	434.014	2.328.330
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	45.156	-6.833	38.323
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.323	0	38.323
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	6.833	-6.833	0
5.05.02.06	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	6.833	-6.833	0
5.07	Saldos Finais	1.760.097	0	134.219	45.156	427.181	2.366.653

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	374.087	351.764
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	357.458	345.748
7.01.02	Outras Receitas	497	152
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	26.218	15.829
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10.086	-9.965
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-178.969	-155.926
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-152.751	-140.097
7.02.04	Outros	-26.218	-15.829
7.02.04.01	Custos de construção	-26.218	-15.829
7.03	Valor Adicionado Bruto	195.118	195.838
7.04	Retenções	-81.555	-40.864
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-81.555	-40.864
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	113.563	154.974
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	64.481	24.625
7.06.02	Receitas Financeiras	64.481	24.625
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	178.044	179.599
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	178.044	179.599
7.08.01	Pessoal	69.565	64.924
7.08.01.01	Remuneração Direta	42.184	41.905
7.08.01.02	Benefícios	15.682	12.026
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.634	2.700
7.08.01.04	Outros	9.065	8.293
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	49.727	47.507
7.08.02.01	Federais	48.149	46.439
7.08.02.02	Estaduais	610	711
7.08.02.03	Municipais	968	357
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.045	22.638
7.08.03.01	Juros	6.463	5.842
7.08.03.02	Aluguéis	261	4.356
7.08.03.03	Outras	23.321	12.440
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.139	38.323
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.139	38.323
7.08.05	Outros	6.568	6.207
7.08.05.01	Agentes Reguladores	3.842	3.568
7.08.05.02	Taxa de concessão da Prefeitura de Fortaleza	2.726	2.639

Principais Destaques Financeiros – 1º Trimestre de 2019

- **Aumento da receita operacional líquida**
- **Aumento nos custos operacionais, despesas comerciais e administrativas**
- **Redução do Lucro líquido do período**

1. Receita

A Receita Operacional Líquida de água e esgoto totalizou R\$ 324,4 milhões no 1º trimestre de 2019, ficando acima do mesmo período de 2018 em R\$ 10,6 milhões (3,39%). Os principais fatores que justificam o aumento da Receita Operacional Líquida do 1º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período em 2018 foram:

- Aplicação de revisão da tarifa média praticada pela Cagece, no valor de R\$ 4,11/m³ em janeiro de 2019 pela ARCE. O objetivo dessa revisão foi alcançar a tarifa média de R\$ 3,55 por metro cúbico, autorizada pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR) para Fortaleza e pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE) para os municípios do interior;
- Incremento de ligações ativas de água e de esgoto. Para o produto água o incremento total foi de 12.415 ligações. No que se refere ao produto esgoto, o incremento total foi de 24.580 novas ligações.

Receita Operacional Líquida				
Produto	1T2019	1T2018	Var. Abs.	Var. %
Água	259.990	253.613	6.377	2,51%
Esgoto	97.467	92.135	5.332	5,79%
Impostos s/ Venda - Água	(24.050)	(23.459)	(591)	2,52%
Impostos s/ Venda - Esgoto	(9.015)	(8.523)	(492)	5,77%
Subtotal	324.392	313.766	10.626	3,39%
Receita de Construção	26.218	15.829	10.389	65,63%
Total	350.610	329.595	21.015	6,38%

O volume faturado de água teve uma redução de 0,30% no período, já o volume faturado de esgoto teve um aumento de 0,01%. Essa redução deve-se principalmente a aplicação da tarifa de contingência que visa diminuir o consumo de água por parte da população face a situação de escassez de recursos hídricos. A cobrança dessa tarifa de contingência se iniciou em 19 de dezembro de 2015.

Volume Faturado de Água e Esgoto - Categoria de Uso (milhões de m3)				
Categoria	1T2019	1T2018	Variação	%
Água	65.965	66.163	(198)	-0,30%
Esgoto	24.709	24.398	311	0,01
Total	90.674	90.561	113	0,12%



2. Custos operacionais, despesas comerciais e administrativas

Abrange os custos de operação e manutenção, despesas comerciais e despesas administrativas. Esses custos e despesas são compostos pelos grupos de Pessoal, Insumos (Energia, Água Bruta e Material de Tratamento), Materiais, Manutenção, Serviços, Transporte, Concessões, Contingências e Gerais.

No 1º trimestre de 2019, os custos e despesas, excluindo-se os custos de construção, estão acima dos valores referentes ao mesmo período de 2018 em 53,7 milhões.

A Companhia passou a reconhecer os custos e receitas de construção, a partir de 1º de janeiro de 2009, em função da adoção da ICPC 01 (Contratos de Concessão). As obras e melhorias na infraestrutura passaram a ser consideradas como "receita de construção", a valor justo (mercado), e seus respectivos custos aplicados na construção passaram a ser reconhecidos como "custo de construção".

Custos operacionais, despesas comerciais e administrativas				
Descrição	1T2019	1T2018	Var. Abs.	Var. %
Custos Operacionais	213.280	169.032	44.248	26,18%
Despesas Administrativas	67.859	62.092	5.767	9,29%
Despesas Comerciais	38.985	35.267	3.718	10,54%
Total	320.124	266.391	53.733	20,17%
Custos de Construção	26.218	15.829	10.389	65,64%
Total	346.342	282.219	64.123	22,72%

Nos custos operacionais, o principal impacto foi referente aos custos com energia que aumentaram em virtude dos reajustes extraordinários. Quanto à Água Bruta, o aumento foi decorrente das faturas que passaram a ser calculadas através de tabulação de múltiplos usos (pressurizada).

Nas Despesas Administrativas o principal motivo da variação decorre do aumento no grupo de pessoal, nas contas de benefício definido plano de saúde, variação de R\$ 3 milhões, referente a um cálculo atuarial que está sendo reconhecido mensalmente a partir de 01/2019. E na conta de Indenizações PRSP, com variação de R\$ 1 milhão, referente a variação do índice de inflação (INPC).

Com relação às Despesas Comerciais, a variação deve-se ao aumento da tarifa de arrecadação. Esse fato ocorreu em virtude de uma tarifa diferenciada para a Caixa Econômica Federal, pois eles não aceitaram os preços propostos no regulamento de credenciamento, alegando que os agentes lotéricos estão requerendo um reajuste acima do INPC (índice usado para reajuste de nossas tarifas de arrecadação). Como a Caixa é o principal agente arrecadador da Cagece (quase 70% da arrecadação é recebida via CEF) foi necessário acatar a solicitação efetuada até que seja encontrada uma alternativa para substituição dos lotéricos.



3. Lucro Líquido

O Lucro líquido do 1º trimestre de 2019 teve uma redução de R\$ 16,2 milhões em relação ao mesmo período de 2018. Essa variação deve-se ao aumento das receitas ter sido proporcionalmente menor ao aumento dos custos e despesas no período em análise, conforme demonstrado nos itens anteriores.

Lucro Líquido				
Descrição	1T2019	1T2018	Var. Abs.	Var. %
Receita Líquida	350.610	329.595	21.015	6,38%
Custos	239.498	184.861	54.638	29,56%
Despesas Operacionais	109.920	100.048	9.872	9,87%
Resultado Financeiro	32.244	5.609	26.635	474,86%
Provisão IRPJ/CSLL	(11.297)	(11.972)	675	-5,64%
Total	22.139	38.323	(16.184)	-42,23%

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia" ou "CAGECE") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

Em 31 de março de 2019, a Companhia atuava em 152 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Atualmente a Cagece está atuando no município de Cariús e nos distritos de Sobral (Aprezível, Jaibara e Taperuaba) com contrato de delegação vencido, tendo em vista que os mesmos estão em processo de regularização da delegação.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelos membros da Diretoria Colegiada em 10 de maio de 2019.

2.1. Base de preparação

As informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, bem como com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração fez uso da faculdade prevista no item 19 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para revisar os valores registrados no ativo financeiro, imobilizado e intangível pelo critério do custo atribuído. Com isso, afastou-se em caráter excepcional a aplicação do item 22 do ICPC 10, primeira parte, e item 31 do CPC 37, especificamente para as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e somente para os bens integrantes do patrimônio da Companhia em 1º de janeiro 2009.

Essa decisão mostrou-se como sendo a única capaz a corrigir discrepâncias existentes na contabilidade da Companhia, decorrentes do uso do critério do custo histórico para contabilização patrimonial com ausência de suporte documental, o que levou, entre outras medidas, à abstenção de opinião dos auditores independentes da Companhia para os exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013, bem como a dificuldades nos procedimentos tarifários levados a efeito pela autoridade reguladora de água e saneamento do Estado do Ceará.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

Além disso, o uso da faculdade do item 19 do CPC 26 também se revelou capaz de solucionar os questionamentos levantados pela CVM no Processo CVM nº RJ-2015-3093, tendo por objetivo adequar as demonstrações contábeis à realidade patrimonial da Companhia, bem como oferecer informações úteis e fidedignas aos usuários das demonstrações contábeis, nos termos do item 9 do CPC 26. Após o ajuste, refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as movimentações do ativo financeiro, imobilizado e intangível foram realizadas a custo de aquisição, restaurando a normalidade da aplicação das regras contábeis.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do período como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros

2.4.1.1. *Classificação*

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de março de 2019, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.4.1.2. *Impairment de ativos financeiros*

Ativos mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem "Ativos financeiros - Concessão", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes". Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros

2.4.2.1. *Classificação*

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria os "Empréstimos e financiamentos", "Fornecedores", "Incentivo a aposentadoria - PRSP", "Obrigações com clientes" e "Garantias contratuais de fornecedores".

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do "contas a receber", históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.4. Contas a receber de clientes--Continuação

Os critérios para reconhecimento de impairment, atualmente aplicados, consideram que as vendas são pulverizadas entre um grande número de clientes e que o Contas a receber de clientes não possui um componente significativo de financiamento, ou seja o faturamento tem vencimento em até 30 dias, sendo que a Companhia reconhece como provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes, o total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que se encontram com prazo de inadimplência superior a 180 dias que é considerado um indicador de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

2.2.5. Ativos financeiros – concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

2.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques está avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível

a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

Não obstante, conforme mencionado na Nota 2.1, em caráter excepcional foi adotada a contabilidade pelo custo atribuído para o ativo intangível da Companhia em 1º de janeiro de 2009. A exceção tornou-se necessária para retratar com fidedignidade a situação patrimonial da Companhia e está embasada em mais de 4.500 laudos de avaliação patrimonial elaborados por empresa especializada, a pedido da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), que é autoridade reguladora responsável pela fiscalização das concessões da Companhia. Após esse ajuste, refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro 2014, a Companhia retornou contabilização regular do intangível ao custo de aquisição e/ou de construção.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

a) Concessões--Continuação

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais:

	<u>Anos</u>
Aduadoras e canais	30 a 60 anos
Edificações	20 a 67 anos
Estações de tratamento	60 a 67 anos
Hidrômetros	10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	60 anos
Redes	30 a 80 anos
Reservatórios	20 a 60 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Direitos de uso - concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6 Intangível--Continuação

b) Direitos de uso - concessão do município--Continuação

Esses direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

c) Softwares--Continuação

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 1º de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se for o caso.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local em que esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Imobilizado--Continuação

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados, conforme explicado na Nota 3 (a).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.8. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios em que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia, realizada em 31 de dezembro de 2018, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

2.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social sobre os lucros diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.12. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAGECE relacionados a assistência médica e benefícios previdenciários são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). As avaliações atuariais são anuais. No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida (CD), o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAGECE e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial. Outro benefício concedido é o plano de assistência à saúde, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais de conhecimento da CAGECE, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Benefícios a empregados--Continuação

Desse modo, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar – Cageprev, sob ditames do CPC 33, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa. Quanto ao plano de assistência médica, tendo-se em vista que a CAGECE já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de aumento de passivo.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 21.

a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, com plano de contribuição definida e o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS) através do Plano de Contribuição Variável (PCV), em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários. Para isso a Companhia realiza contribuições fixas e mensais à Cageprev, para os empregados participantes do referido plano.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

b) Benefícios de rescisão - Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado (PRSP)

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

c) Participação nos resultados - obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após determinados ajustes, conforme definido em acordo coletivo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.14. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo e de que serão auferidas.

Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos exercícios nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.15. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, cujo serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: (i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; (ii) o valor pode ser mensurado com segurança; (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.15. Receita--Continuação

c) Receitas de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis-- Continuação

2.16. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil--Continuação

A Companhia adotou a abordagem de transição simplificada que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior. Com isso os contratos em vigência relativos a arrendamentos que estão no alcance do pronunciamento foram mensurados na data de transição (01/01/2019).

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo.

As alterações significativas decorrentes da adoção inicial do CPC 06(R2) (IFRS 16) na Companhia foram:

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

- Começo do prazo de arrendamento mercantil – a Companhia definiu o início do prazo de arrendamento mercantil a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, a Companhia determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas, e preparação do ambiente físico;
- Prazo de arrendamento mercantil – período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento mercantil;
- Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário – a Companhia considerou, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles alugueis contratados na data de assinatura;
- Depreciação do ativo de direito de uso – Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações;
- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento – O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil;
- Valor recuperável do ativo de direito de uso – A Companhia continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade.

A adoção da referida norma trouxe impactos de incremento de igual valor nas contas patrimoniais de ativo imobilizado e em arrendamentos financeiros conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>Valor</u>
Ativo	
Imobilizado (ativos de direito de uso)	16.475
Passivos	
Passivos de arrendamento	16.475
Passivo fiscal diferido	-
Impacto líquido no patrimônio líquido	<u><u>-</u></u>

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são:

a) Vida útil de bens do imobilizado e intangível decorrentes dos investimentos com infraestrutura das concessões, decorrente do curso normal das operações

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por especialistas com base em laudo técnico. Foi contratada empresa especializada com o objetivo de avaliar e determinar a vida útil dos ativos da Companhia, conforme nota de ativo imobilizado e ativo intangível.

b) Provisão para incentivo à aposentadoria - PRSP

O Plano de Reconhecimento dos Serviços Prestados (PRSP) incentiva os empregados com idade superior a 56 anos a se desligarem da Companhia e obterem um benefício de aposentadoria em seu favor. Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis/sete anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 10,29 % a.a. Essa taxa foi calculada com base na taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das informações trimestrais. O detalhe do plano está descrito na Nota 18.

c) Reconhecimento de receita - contratos de construção

A receita de construção é reconhecida sobre todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos, inclusive os encargos financeiros capitalizados, que segue o método de custo sem adicional de margem de construção.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério para estimativa dos créditos de liquidação duvidosa está descrito na Nota 7.

e) Provisão para contingências e depósitos judiciais

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das informações trimestrais, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

- f) Provisão atuarial benefício definido – plano de saúde_
- As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes onde o compromisso da CAGECE corresponde a diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e seu respectivo custo médico médio. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Visando ao aprimoramento contínuo da governança, em 2017 foi criada a Gerência de Governança, Riscos e Compliance - GRC, vinculada à Diretoria de Planejamento e Captação de Recursos - DPC, com o objetivo de planejar e gerir ações corporativas, adotando uma abordagem sistêmica para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos, controles internos, gestão de riscos, governança e compliance, tendo como base as exigências legais preconizadas pela Lei N° 13.303 - Lei de Responsabilidade das Estatais, além de adotar as recomendações estabelecidas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

A área de riscos da Cagece, subordinada à GRC, têm como atribuição coordenar os processos de implantação, avaliação e manutenção da gestão de processos, gestão de riscos e controles internos, com vistas a melhoria do desempenho organizacional, redução do impacto dos riscos e disseminação da cultura de controles internos na Cagece.

A partir da implementação do modelo de gestão de riscos, estão sendo mapeados todos os riscos dos macroprocessos da Cadeia de Valor da Cagece, de modo a fortalecer os controles internos e permitir uma tomada de decisão pelos gestores pautada na análise dos indicadores de riscos. Além dos aspectos gerenciais, a gestão de riscos fortalecerá a transparência dos processos gerenciais, bem como a definição de critérios para priorização de investimentos e recursos.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado

i) *Risco cambial*

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de “*hedge*” ou “*swap*”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 16)	224.398	219.800

ii) *Risco de taxa de juros*

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía R\$ 168.525 (R\$ 177.296 em 31 de dezembro de 2018) (Nota

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

ii) *Risco de taxa de juros*--Continuação

17) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR), (TJLP) e (LIBOR).

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1. (d).

b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes e caixas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativo financeiro – contratos de concessão.

Com relação ao saldo de caixa e equivalentes e caixas e aplicações financeiras a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, conforme divulgado na nota 4.3.

Com relação ao saldo de contas a receber, a Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos.

Particulares - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.).

Órgãos públicos - serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia.

Serviços indiretos - trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do inciso V do art.40, pode

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado em um prazo de 30 dias.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

Com relação ao ativos financeiros, os riscos relativos são considerados bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: (1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); (2) excesso de arrecadação; e (3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação**4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação**c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de março de 2019					
Empréstimos e financiamentos	63.897	58.942	98.792	171.292	392.923
Fornecedores	119.704	-	-	-	119.704
Incentivo a aposentadoria – PRSP	35.108	38.807	22.508	7.687	104.110
Obrigações com clientes	3.528	-	-	-	3.528
Arrendamento mercantil	17.295	600	111	-	18.006
	Vencimento				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos	61.125	58.743	105.881	171.347	397.096
Fornecedores	124.618	-	-	-	124.618
Incentivo à aposentadoria – PRSP	34.980	40.209	17.248	6.288	98.725
Obrigações com clientes	3.558	-	-	-	3.558

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação**4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação**d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A seguir é apresentado a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o pronunciamento técnico CPC 40(R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais passivos financeiros, convertidos a uma taxa projetada, conforme Nota 28, para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Dada a exposição do passivo financeiro ao risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário I: cotação do dólar em R\$3,8967 em 31 de março de 2019; (ii) cenário II: cotação do dólar, passando para R\$4,8709; e (iii) cenário III, passando a R\$5,8451.

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2018 em 6,40% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo da cotação em 25% (8% a.a.) e 50% (9,6% a.a.), respectivamente.

Instrumentos financeiros	Risco	31/03/2019		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a convênios indexados ao CDI				
- Ativo	Redução do indexador	94.537	94.219	93.901
- Impacto no resultado		-	(318)	(636)
Passivo financeiro				
Empréstimos e financiamentos				
Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades, BNDES e BID				
- Passivo	Alta do indexador	392.922	394.538	396.154
- Impacto no resultado		-	(1.616)	(3.231)
BID				
- Passivo	Alta do US\$	216.857	271.071	325.286
- Impacto no resultado		-	(54.214)	(108.429)

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM--Continuação

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Total dos empréstimos (Nota 17)	392.923	397.096
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(799)	(1.206)
Menos: aplicações financeiras (Nota 5)	(141.732)	(162.905)
Dívida líquida	250.392	232.985
Total do patrimônio líquido	2.463.036	2.440.897
Total do capital próprio e de terceiros	2.713.428	2.673.882
Índice de alavancagem financeira - %	9,23%	8,71%

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pela agência internacional de rating Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA (bra)	16	-
AA	142.515	164.091
Outros (*)	-	20
	<u>142.531</u>	<u>164.111</u>

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pela agência dos ratings utilizada pela Companhia.

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil S.A.	AA (bra)
Caixa Econômica Federal	AA (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	Outros (*)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AA (bra)

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta movimento	146	990
Bancos conta arrecadação	654	216
	<u>799</u>	<u>1.206</u>

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo:

	Tipo	Modalidade	Indexador de referência	31/03/2019	31/12/2018
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	CDI	100.248	92.476
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	CDI	625	3.958
	CP ADMIN SUPREMO	Renda Fixa		519	-
Banco do Brasil S.A.	S. PUBLICO		CDI		
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI RF CDB	CDB FLEX	99% CDI	8.282	8.322
Caixa Econômica Federal	Mega Referenciado	Renda Fixa	CDI	31.826	52.813
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	CDI	155	5.336
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI RF CP	Renda Fixa	CDI	77	-
				<u>141.732</u>	<u>162.905</u>

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras representam um específico momento no exercício da Cagece, fazendo parte do complexo contexto da prestação regionalizada dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água tratada e de esgotamento sanitário. A partir dos constantes ajustes de gestão operacional e dos reajustes tarifários deferidos nos exercícios anteriores que amenizaram o déficit na receita requerida para a prestação dos serviços, foi possível experimentar essa relativa disponibilidade de recursos.

Essas aplicações financeiras se referem a sobras operacionais que são utilizadas para a Cagece reinvestir na operação, a fim de tentar realizar todas as diversas obrigações de universalização e de manutenção e renovação de ativos, as quais não possuem receita tarifária suficiente nem recursos dos orçamentos fiscais federal e estadual para lhes fazer face. Essas momentâneas sobras são absolutamente necessárias para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicadas em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos de utilização das mesmas, a fim de que se capitalize mais para maximizar a sua utilização na operação.

A redução no saldo de aplicações financeiras em 31/03/2019 ocorreu em virtude de pagamentos

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Depósitos vinculados

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta vinculada	4.193	319
Aplicações financeiras vinculadas	94.537	78.062
	<u>98.730</u>	<u>78.381</u>

Os depósitos bancários vinculados estão representados substancialmente por recursos recebidos através de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. No período findo em 31 de março de 2019, o montante de R\$ 86.204 (R\$ 69.659 em 31 de dezembro de 2018) se refere à arrecadação decorrente da tarifa de contingência, estando tal valor vinculado, conforme resoluções evidenciadas na nota 7, a despesas específicas advindas da estiagem aprovadas pelas agências reguladoras e, ainda, a investimentos em combate a perdas operacionais de água constantes de plano também aprovado pelos reguladores e R\$ 12.526 (R\$ 8.722 em 31 de dezembro de 2018) se referem a repasses que o acionista Governo do Estado faz para obras conveniadas, conforme as regras incidentes em cada espécie, sendo tais valores vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Particulares	349.547	339.597
Órgãos públicos	22.808	21.900
Tarifa de contingência (a)	31.694	30.877
Serviços indiretos	46.276	46.007
Serviços prestados a faturar	64.547	73.490
	514.872	511.871
Agentes arrecadadores (b)	4.063	4.221
(-) Arrecadação a discriminar (c)	(6.177)	(5.392)
(-) Provisão para perdas de credito estimada(d)	(250.873)	(240.787)
	(252.987)	(241.958)
	261.885	269.913

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	202.798	214.705
Vencidos:		
1 a 30 dias	40.859	41.978
31 a 60 dias	17.762	15.796
61 a 90 dias	11.078	8.161
91 a 180 dias	20.973	22.117
mais de 180 dias	221.402	209.114
	514.872	511.871

(a) Tarifa de contingência

Aprovada pela Resolução nº 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução nº 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo nº 003/15 - SUP, a tarifa de contingência visa reduzir o consumo de água por parte da população face da situação de escassez de recursos hídricos. Sua cobrança iniciou-se em 19 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

(a) Tarifa de contingência--Continuação

As bases gerais para cobrança da tarifa de contingência são:

- Estimativa de consumo mensal de referência que corresponde a 90% (noventa por cento) da média de consumo medido do período de outubro de 2014 a setembro de 2015; A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;
- O usuário cujo consumo mensal de água ultrapasse a média de consumo mensal de referência fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência.
- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência fica condicionada à aprovação pela ARCE dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela CAGECE. Os recursos estão registrados em depósitos vinculados até a aprovação pela ARCE.

(b) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na rubrica "Agentes arrecadadores" referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

(c) Arrecadação a discriminar

Arrecadação a discriminar refere-se a valores recebidos de clientes, cuja baixa da correspondente fatura ainda não foi realizada no sistema comercial da Companhia.

(d) Provisão para perdas de credito estimada

A Companhia adota como estimativa para cálculo da PCLD, as seguintes regras:

- Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor até R\$15;
- Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor superior a R\$15, desde que analisado pela área especialista de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- Total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que se encontram nos critérios acima; e
- Análise complementar pela área especialista para avaliação de evidências objetivas de perdas.

A provisão para perdas de credito estimada apresenta a seguinte movimentação:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	(240.787)	(199.515)
Constituição	(26.053)	(125.407)
Reversão (e)	15.967	84.135
Saldo final	<u>(250.873)</u>	<u>(240.787)</u>

- (e) Em 31 de março de 2019, o saldo de reversão de R\$ 15.967 está representado, principalmente, por reversões e refaturamentos nos montantes de R\$ 6.150 e R\$ 9.817, respectivamente.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Projetos

a) Projeto Alvorada

O Estado do Ceará, em 16 de abril de 2001, celebrou o Convênio nº 005/Seinfra/2001 com a Companhia para implementação de ações previstas no Convênio nº 039/2001, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, tendo como executora a Companhia, objetivando a execução de ações de saneamento básico em 31 municípios do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Conforme a Cláusula 15ª do Convênio nº 039/2001, "Serão concedidos pela Fundação Nacional de Saúde, após concluído o objeto pactuado no presente convênio, os bens patrimoniais construídos, produzidos ou adquiridos com os recursos transferidos na conformidade com o disposto no item 4 do artigo 15 do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentares". Esse projeto tinha previsão de conclusão para o exercício de 2012, contudo, em função de atrasos na execução dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) de Cariré e do distrito de Inhuçu em São Benedito, em outubro de 2013, este convênio foi prorrogado para 17 de março de 2014. Em decorrência dessa prorrogação, o Convênio nº 005/Seinfra/2001 teve o seu prazo de finalização postergado para 30 de setembro de 2014. O referido projeto foi concluído. Atualmente, a Prestação de Contas está em andamento e a CAGECE está aguardando o posicionamento da Secretaria das Cidades sobre como será a integralização no ativo dos bens construídos, conforme Ofício nº 594/14/GEAPE ADM/DPC.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$174.829 (R\$174.829 em 31 de dezembro de 2018), denominada de Projeto Alvorada - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas conforme objeto do Convênio, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto Alvorada - recursos recebidos, no montante de R\$174.468 (R\$174.468 em 31 de dezembro de 2018), registram-se os valores já repassados pelo Ministério da Saúde para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre essas contas de R\$361 (R\$361 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Projetos--Continuação

b) Projeto KfW

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW Bankengruppe, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. O projeto KfW III tem prazo de finalização para junho de 2020. Após o encerramento da execução do projeto, será realizada a prestação de contas que, após aprovada, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implementados com esses recursos passarão a ser operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural - SISAR.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 53.723 (R\$ 53.720 em 31 de dezembro de 2018), denominada de Projeto KfW - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW - recursos recebidos, no montante de R\$ 49.469 (R\$ 49.469 em 31 de dezembro de 2018), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$ 4.254 (R\$ 4.251 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais são os valores depositados em juízo, os quais são atualizados monetariamente, e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Causas cíveis	3.073	3.880
Contingências vinculadas - cíveis	(1.529)	(1.625)
Causas trabalhistas	4.669	5.029
Contingências vinculadas - trabalhistas	(2.447)	(1.922)
Causas tributárias	3.189	3.165
	<u>6.954</u>	<u>8.527</u>

A movimentação dos depósitos judiciais no período está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	2.255	3.107	3.165	8.527
Novos depósitos	219	496	-	714
Reversões	(1.071)	(928)	-	(1.999)
Atualização monetária	46	72	24	141
Compensação com causas judiciais	96	(525)	-	(430)
Saldo final em 31 de março de 2019	<u>1.544</u>	<u>2.222</u>	<u>3.189</u>	<u>6.954</u>

10. Depósitos vinculados a garantias

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Banco do Brasil S.A.	10.702	10.368
Caixa Econômica Federal	2.516	2.482
Garantias contratuais	65	65
	<u>13.283</u>	<u>12.915</u>

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 6.733 (R\$6.641 em 31 de dezembro de 2018) e conta reserva no valor de R\$ 3.969 (R\$ 3.727 em 31 de dezembro de 2018), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essa instituição financeira.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Ativos financeiros - contratos de concessão

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui, em 31 de março de 2019, R\$ 271.321 (R\$ 224.361 em 31 de dezembro de 2018) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes saldos foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 31 de março de 2019 é R\$ 44.999 (R\$ 9.713 em 31 de março de 2018), conforme Nota 35.

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	Capitalização				31/03/2019
	31/12/2018	ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	Baixas	
Ativo financeiro	224.361	2.129	44.999	(168)	271.321
	224.361	2.129	44.999	(168)	271.321

	Capitalização				31/12/2018
	31/12/2017	ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	Baixas	
Ativo financeiro	191.124	17.835	19.451	(4.049)	224.361
	191.124	17.835	19.451	(4.049)	224.361

O variação na atualização do ativo financeiro no 1º trimestre de 2019 foi em virtude do aumento na Taxa WACC utilizada para o cálculo do valor presente do ativo financeiro.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Ativos financeiros - contratos de concessão--Continuação

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, dessa forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das informações trimestrais, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do ativo financeiro sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para o exercício findo em 31 de março de 2019 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Ativo financeiro em 31/03/2019	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo sem o efeito do custo atribuído em 31/03/2019
Ativo financeiro	271.321	(59.337)	211.984
	271.321	(59.337)	211.984

	Ativo financeiro em 31/12/2018	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2018
Ativo financeiro	224.361	(47.918)	176.443
	224.361	(47.918)	176.443

12. Imobilizado

	31/03/2019		31/12/2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Ativo de arrendamento	19.070	(4.240)	14.830	-
Edificações	25.460	(5.973)	19.487	19.608
Computadores e periféricos	8.054	(4.791)	3.263	3.257
Máquinas e equipamentos	7.586	(4.110)	3.476	3.282
Terrenos	14.249	-	14.249	14.249
Móveis e utensílios	5.848	(4.132)	1.716	1.860
Instalações	132	(63)	69	72
Veículos	1.320	(829)	491	529
Ferramentas	117	(79)	38	40
	81.836	(24.217)	57.619	42.897
Imobilizado em andamento	181	-	181	181
	82.017	(24.217)	57.800	43.078

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2018	Adições	Adoção Inicial IFRS 16	Baixa	Transferência	Depreciação	31/03/2019
Ativo de arrendamento	-	19.070	9.070	-	-	(4.240)	14.830
Edificações	19.608	-	-	-	-	(121)	19.487
Computadores e periféricos	3.257	-	-	-	260	(255)	3.263
Máquinas e equipamentos	3.282	142	-	(18)	209	(140)	3.476
Terrenos	14.249	-	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	1.860	(1)	-	(14)	12	(139)	1.716
Instalações	72	-	-	-	-	(3)	69
Veículos	529	(1)	-	-	2	(38)	491
Ferramentas	40	-	-	-	-	(3)	38
	42.897	140	9.070	(32)	483	(4.941)	57.618
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	-	-	181
	43.078	140	9.070	(32)	483	(4.941)	57.799

	31/12/2017	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2018
Edificações	19.291	-	-	799	(482)	19.608
Computadores e periféricos	3.403	20	(3)	822	(985)	3.257
Máquinas e equipamentos	2.273	17	(6)	1.525	(527)	3.282
Terrenos	14.809	-	-	(560)	-	14.249
Móveis e utensílios	2.262	13	(8)	174	(581)	1.860
Instalações	85	-	-	-	(13)	72
Veículos	120	516	-	13	(120)	529
Ferramentas	43	1	-	8	(12)	40
	42.286	567	(17)	2.781	(2.720)	42.897
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	-	181
	42.467	567	(17)	2.781	(2.720)	43.078

Abaixo demonstramos a vida útil antes e após a reavaliação da vida útil de cada grupo de ativos.

	Vida útil anterior	Vida útil atual
Computadores e periféricos	5 anos	5 a 10 anos
Edificações	25 anos	20 a 67 anos
Ferramentas	5 anos	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, desta forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das informações trimestrais, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do imobilizado sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para o exercício findo em 31 de março de 2019, bem como o período findo em 31 de dezembro de 2018, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Imobilizado líquido em 31/03/2019	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/03/2019
Arrendamento	14.830	-	14.830
Edificações	19.486	(5.384)	14.102
Computadores e periféricos	3.263	-	3.263
Máquinas e equipamentos	3.476	-	3.476
Terrenos	14.249	-	14.249
Móveis e utensílios	1.716	-	1.716
Instalações	69	-	69
Veículos	491	-	491
Ferramentas	38	-	38
	57.618	(5.384)	52.234
Imobilizado em andamento	181	-	181
	57.799	(5.384)	52.415

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Imobilizado--ContinuaçãoPremissas utilizadas para atribuição de valor e avaliação de vida útil--Continuação

	Imobilizado líquido em 31/12/2018	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2018
Edificações	19.608	(5.421)	14.187
Computadores e periféricos	3.257	-	3.257
Máquinas e equipamentos	3.282	-	3.282
Terrenos	14.249	-	14.249
Móveis e utensílios	1.860	-	1.860
Instalações	72	-	72
Veículos	529	-	529
Ferramentas	40	-	40
	<u>42.897</u>	<u>(5.421)</u>	<u>37.476</u>
Imobilizado em andamento	181	-	181
	<u>43.078</u>	<u>(5.421)</u>	<u>37.657</u>

13. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização, conforme descrito na Nota 2.9.

	01/1/2019	Adição	Baixa	Transferências de obra	31/3/2019
Contratos de concessão	464.179	52.585	(4.611)	(18.873)	493.280
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(197.709)	3.975	-	-	(193.734)
Licença de uso de software	68	-	-	-	68
Estoque de obras	42.949	-	-	-	42.949
	<u>309.488</u>	<u>56.560</u>	<u>(4.611)</u>	<u>(18.873)</u>	<u>342.564</u>

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Intangível

	31/03/2019		31/12/2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	3.498.812	(1.096.163)	2.402.649	2.467.461
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(62.516)	5.782	(56.734)	(58.798)
Intangível em andamento	-	-	-	501.197
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	-	-	-	(197.709)
	3.436.296	(1.090.381)	2.345.915	2.718.151
Softwares	6.880	(5.776)	1.103	1.236
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(332)	9.668	9.751
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.186)	1.214	1.304
Outorga - município de Frecheirinha	226	(91)	135	149
	19.505	(7.385)	12.120	12.357
	3.455.801	(1.097.766)	2.358.035	2.730.508

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Intangível--Continuação

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2018	Adições (a)	Baixa (b)	Transferência (c)	Transferência para Ativo de contrato	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	31/03/2019
Concessão - água e esgoto	2.467.461	23	(2.830)	18.389	-	(78.433)	(1.961)	2.402.649
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(58.798)	(1)	-	1	-	2.064	-	(56.734)
Intangível em andamento	507.197	-	-	-	(507.197)	-	-	-
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(197.709)	--	-	-	197.709	-	-	-
Softwares	1.236	10	-	-	-	(143)	-	1.103
Outorga - município de Maracanaú	9.751	-	-	-	-	(83)	-	9.668
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.232	-	-	-	-	(18)	-	1.214
Outorga - município de Frecheirinha	138	-	-	-	-	(3)	-	135
	2.730.508	32	(2.830)	18.390	(309.488)	(76.616)	(1.961)	2.358.035

	31/12/2017	Adições (a)	Baixa (b)	Transferência (c)	Reclassificação	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	31/12/2018
Concessão - água e esgoto	2.421.680	3.246	(11.051)	223.356	-	(150.256)	(19.514)	2.467.461
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(4.790)	-	-	(65.272)	-	5.536	5.728	(58.798)
Intangível em andamento	555.838	169.026	(27.160)	(190.507)	-	-	-	507.197
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(166.426)	(62.064)	1.481	29.300	-	-	-	(197.709)
Softwares	1.110	398	-	342	-	(614)	-	1.236
Outorga - município de Maracanaú	-	10.000	-	-	-	(249)	-	9.751
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.304	-	-	-	-	(72)	-	1.232
Outorga - município de Frecheirinha	149	-	-	-	-	(11)	-	138
	2.808.865	120.606	(36.730)	(2.781)	-	(145.666)	(13.786)	2.730.508

- (a) As adições ao intangível estão representadas substancialmente pela execução das seguintes obras: (i) Ampliação do Sistema de Reservação e Macrodistribuição de Água da Região Metropolitana Reservatório do Taquarão e Adutoras; (ii) Execução do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Viçosa do Ceará-Ce; (iii) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias CD-1, CD-2 e CD-3 (META 1) no Município de Fortaleza-Ce; (iv) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na Localidade de Capuan no Município de Caucaia-Ce e (v) Serviços Técnicos de Expansão nos Sistemas de Água e Esgoto das Unidades de Negócio da Capital.
- (b) Em função de a Companhia ter adotado como política contábil classificar em intangível em andamento os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, por representarem o seu maior consumo/aplicação, as baixas ao intangível em andamento estão representadas parte pela aplicação de materiais na manutenção dos ativos da Companhia.
- (c) As transferências no período de três meses ocorrem entre imobilizado e intangível no valor de R\$ 483.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 11.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Intangível--Continuação

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, dessa forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das informações trimestrais, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do intangível sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para o exercício findo em 31 de março de 2019, bem como o período findo em 31 de dezembro de 2018, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Intangível líquido em 31/03/2019	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/03/2019
Concessão - água e esgoto	2.345.915	(666.675)	1.679.240
Intangível em andamento	342.563	-	342.563
	2.688.478	(666.675)	2.021.803
Softwares	1.104	-	1.104
Outorga - município de Maracanaú	9.668	-	9.668
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.214	-	1.214
Outorga - município de Frecheirinha	135	-	135
	12.121	-	12.121
	2.700.599	(666.675)	2.033.924

	Intangível líquido em 31/12/2018	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2018
Concessão - água e esgoto	2.408.663	(688.410)	1.720.253
Intangível em andamento	309.488	-	309.488
	2.718.151	(688.410)	2.029.741
Softwares	1.236	-	1.236
Outorga - município de Maracanaú	9.751	9.751	-
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.232	1.232	-
Outorga - município de Frecheirinha	138	138	-
	12.357	-	12.357
	2.730.508	(688.410)	2.042.098

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Fornecedores

Em 31 de março de 2019, o saldo de R\$ 119.704 (R\$ 124.618 em 31 de dezembro de 2018) refere-se às contas a pagar para os fornecedores de obras, materiais ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O contas a pagar para os fornecedores de obras e serviços correspondem a 93% do saldo total provisionado.

16. Arrendamento mercantil

	<u>31/03/2019</u>
Circulante	<u>17.295</u>
Não circulante	<u>711</u>

Os passivos de arrendamento apresentam a seguinte movimentação:

	<u>31/03/2019</u>
Saldo inicial	-
Adoção inicial IFRS 16	19.070
Amortizações (principal e juros)	(1.064)
Saldo final	<u>18.006</u>

17. Empréstimos e financiamentos

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	122.772	125.902
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (ii)	542	605
Banco Santander (iii)	2.782	2.971
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (iv)	42.429	47.818
	<u>168.525</u>	<u>177.296</u>
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (v)	224.398	219.800
	<u>392.923</u>	<u>397.096</u>
Circulante	<u>(63.897)</u>	<u>(61.125)</u>
Não circulante	<u>329.026</u>	<u>335.971</u>

(i) Caixa Econômica Federal

Tratam-se de contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a., com saldo devedor e prestações reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade dos saldos das contas vinculadas do FGTS, taxa de risco de crédito de até 2% a.a. e taxa de administração variando de 1% a 2% a.a. O pagamento da última parcela

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

ocorrerá em 2032. Foram oferecidos como garantia a arrecadação decorrente da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondente a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base. A posição em março de 2019 corresponde a 21 contratos vigentes. Existe ainda uma operação FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) tendo como operador a Caixa Econômica Federal, contratada em dezembro/2016, com as seguintes características: Sistema de Amortização Constante, prazo total de 60 meses, com carência de 24 meses para início da amortização e pagamento de encargos durante o período de carência a cada 3 meses (trimestrais). Saldo devedor corrigido pela TJLP (a TJLP foi substituída pela TLP apenas para os contratos firmados a partir de 01 de janeiro de 2018) + 5,91%, incluindo os encargos remuneratórios do operador. Os recebíveis da Companhia foram dados como garantia da operação.

(ii) Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará

Surgiram a partir de convênios celebrados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia, para repasses de recursos oriundos de Surgiram a partir de convênios celebrados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia, para repasses de recursos oriundos de financiamentos obtidos pelo Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, sendo posteriormente reembolsado pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Atualmente existe apenas um contrato vigente, com vencimento em março de 2021. Nessas operações foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE).

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(iii) Banco Santander

Em 2017 foram aprovadas 6 (seis) operações FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) junto ao BNDES, tendo como operador o Banco Santander, antes da substituição da TJLP pela TLP. O valor total das operações é de R\$ 6,5 milhões sendo 50% contrapartida da Cagece. Todas as operações possuem características similares: Prazo total de 60 meses, sendo 6 de carência e 54 de amortização, saldo devedor corrigido pela TJLP + 5,10% a.a. já incluído nesse percentual a remuneração do agente, pagamento de encargos no período de carência (trimestral). Já ocorreram todas as liberações relacionadas as operações aprovadas, estando já em fase de amortização.

(iv) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Contrato nº 10.2.2006.1 destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$155,62 milhões.

O Contrato nº 12.2.0618.1 destina-se à ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra de Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no valor total de R\$28,38 milhões.

Os encargos financeiros incidem sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 10.2.2006.1 e 2,71% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 12.2.0618.1. O principal da dívida deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação vencendo em 15 de janeiro de 2021.

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, deverá manter índices econômicos financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices por dois semestres consecutivos implica em a Companhia oferecer garantias adicionais à Instituição ou vencimento antecipado da dívida. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES.

(v) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR - II, que tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais (com vencimentos nos meses de abril e outubro). Até março de 2019, foram pagas 18 parcelas, sendo o próximo vencimento (parcela 19/40) em Abril/2019.

(vi) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Assinado em 29/06/2018 contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste. São recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinados a ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário de Fortaleza, Maracanaú e Pacoti. O valor do financiamento é de R\$ 164,7 milhões. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPC-A, de Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. A JBF constante no contrato é de 2,0766% a.a. Também são cobrados encargos financeiros equivalentes incidentes sobre recursos do FNE de 0,17% a.m. Até o momento não houve nenhum desembolso desse recurso e ainda não temos previsão de quando ocorrerá a primeira liberação.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	397.096	413.802
Novas liberações	222	4.043
Amortizações (principal e juros)	(13.068)	(80.823)
Juros e variações monetárias	6.574	24.384
Transferências intangível – Juros capitalizados	-	2.984
Variação cambial	2.099	32.706
Saldo final	<u>392.923</u>	<u>397.096</u>

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
2019	-	-
2020 – 2022	130.961	138.106
2023 – 2025	80.316	79.554
2026 – 2028	80.239	79.527
2029 – 2031	37.074	37.058
2032 – 2033	436	1.726
	<u>329.026</u>	<u>335.971</u>

18. Incentivo à aposentadoria - PRSPi) Composição

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Incentivo à aposentadoria - PRSP	130.483	125.714
Ajuste a valor presente	(26.373)	(26.989)
	<u>104.110</u>	<u>98.725</u>
Circulante	(35.108)	(34.980)
Não circulante	<u>69.002</u>	<u>63.745</u>

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Incentivo à aposentadoria - PRSP--Continuaçãoii) Movimentação

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	98.725	74.976
Pagamentos	(8.532)	(31.444)
Despesa financeira	5.330	9.200
Incrementos	13.327	63.599
Ajuste a valor presente	(4.740)	(17.606)
Saldo final	104.110	98.725

iii) Cronograma de realização

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
1 ano	35.108	34.980
Entre 1 e 2 anos	38.807	40.209
Entre 2 e 5 anos	22.508	17.248
Mais de 5 anos	7.687	6.288
	104.110	98.725

a) PRSP

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD - 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentadoria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, em que após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindirá o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de seis anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Incentivo à aposentadoria - PRSP--Continuação

a) PRSP--Continuação

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 10,29%, correspondente à taxa *WACC (Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital)* da Companhia da data das informações trimestrais.

Em 31 de dezembro de 2018, não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014 a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD - 041 a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

b) PRSP II

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da Norma Interna SAD - 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30/04/2014; atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto à idade e tempo de contribuição necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar - Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas - GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30/04/2014; (ii) desligar-se da CAGECE, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30/05/2014; (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de aposentadoria pelo INSS; e (iv) assumirem obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Incentivo à aposentadoria - PRSP--Continuação

b) PRSP II--Continuação

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (6) anos; (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS dividido por 0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido o benefício aos dependentes legais deste; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermagem), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a CAGECE na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 10,29%, correspondente à taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital*/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das informações trimestrais.

c) PRSP III

Em 28 de março de 2017, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP III) através da resolução N° 011/17/DPR. Posteriormente alterada pela resolução N° 016/17/DPR, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderirem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários, na forma estabelecida neste Regulamento.

O presente plano se destina aos empregados do quadro próprio que atendam as condições expressas neste Regulamento, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 31/12/2018; atender os requisitos legais para a obtenção do benefício de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, contados, pelo menos, dez anos de tempo de serviço na Cagece; ter ingressado e se mantido como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar (Cageprev). E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: ter sido submetido a processo administrativo-disciplinar que tenha resultado na rescisão do contrato de trabalho; ter sido condenado por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do emprego.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Incentivo à aposentadoria - PRSP--Continuação

c) PRSP III--Continuação

O prazo para adesão se iniciou na data da publicação deste Regulamento e se encerrou ao final do expediente do dia 17 de maio de 2017. A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior a data prevista para seu desligamento; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP III; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As datas de rescisão de cada empregado optante ao Plano serão estabelecidas e divulgadas pela Cagece, oportunamente após o fim do prazo para adesão.

O PRSP III concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses; (ii) pagamento de 16 (dezesesseis) salários na rescisão contratual para o PRSP III, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 36 (trinta e seis) meses iniciais do plano; (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP III, repassado para a Cageprev; (vii) Na ocorrência de falecimento do optante antes da rescisão contratual ficam garantidos os direitos aos herdeiros, conforme definidos no Código Civil, cabendo àqueles apresentar no prazo de 2 (dois) meses o processo de inventário.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos sete anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 10,29%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das informações trimestrais.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisão para contingências

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Causas cíveis	53.668	53.563
Depósito judicial vinculado - cíveis	(1.529)	(1.625)
Causas trabalhistas	9.418	7.836
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(2.447)	(1.922)
	<u>59.109</u>	<u>57.852</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>59.109</u>	<u>57.852</u>

A movimentação da provisão no ano está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	99.453	7.131	106.584
Adições	25.407	3.789	29.196
Juros	7.852	1.401	9.253
Reclassificação para contas a pagar	(51.527)	-	(51.527)
Reversão	(24.440)	(4.256)	(28.696)
Pagamentos	(3.312)	(864)	(4.176)
Compensação com depósitos judiciais	(1.495)	(1.287)	(2.782)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	51.938	5.914	57.852
Adições	196	1.878	2.074
Juros	698	277	975
Reversão	(333)	(103)	(436)
Pagamentos	(456)	(470)	(926)
Compensação com depósitos judiciais	96	(525)	(430)
Saldo final em 31 de março de 2019	<u>52.138</u>	<u>6.971</u>	<u>59.109</u>

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisão para contingências--Continuação

O montante de R\$ 59.109 decorre, principalmente, de: a) cível - ações judiciais cobrando diferenças de valores em decorrência das desapropriações e execuções das obras do canal do trabalhador, indenização por danos morais e materiais, danos ambientais, realinhamento contratual e b) trabalhistas - enquadramento no Nível 16, Grau I, Mestre Especialista, diferença salarial e verbas rescisórias.

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda "provável".

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Diretoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R\$ 51.774 em 31 de março de 2019 (R\$52.616 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisão para contingências--Continuação

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas informações trimestrais. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	31/12/2018
0211039-14.2013.8.06.0001	(i) Judicial	Cível	3.828
0838743-16.2014.8.06.0001	(ii) Judicial	Cível	3.314
0002333-62.2015.8.06.0031	(iii) Judicial	Cível	3.310
0044591-85.2012.8.06.0001	(iv) Judicial	Cível	2.684
0832790-71.2014.8.06.0001	(v) Judicial	Cível	1.927
0011726-36.2016.8.06.0173	(vi) Judicial	Cível	1.584
0006713-38.2011.8.06.0171	(vii) Judicial	Cível	1.512
0000387-54.2006.8.06.0101	(viii) Judicial	Trabalhista	1.200
0500372-61.2011.8.06.0001	(ix) Judicial	Cível	1.139
0066771-08.2006.8.06.0001	(x) Judicial	Cível	933
Outros			30.343
			51.774

- i. Ação cível em que a requerente solicita reconhecimento de débito e reparação de danos por parte da CAGECE em virtude de atrasos no pagamento das medições, não pagamento dos reajustes contratuais previstos, não pagamento de juros e correção monetária, pagamentos feitos em atraso e paralisações nas obras de recuperação da ETE do Residencial Tatu Mundê, implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Conjunto Açude da Viúva I e II e do sistema de esgotamento sanitário do Loteamento Urucutuba I e II, no Município de Fortaleza-Ce.
- ii. Ação condenatória para readequação de valores relativos a dissídios coletivos de contrato de serviço terceirizado.
- iii. Ação referente à ampliação do sistema de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário
- iv. Ação de rescisão contratual referente a serviços de execução do Emissário de Efluentes Industriais a ser implantado no Complexo Industrial do Porto do Pecém por parte da contratada.
- v. Ação de cobrança movida pela Allsan contra a Cagece, referente a serviços técnicos especializados de leitura de medidores com faturamento imediato, cujo objeto diz respeito às medições referentes ao período de julho a novembro de 2012, bem como os reajustes
- vi. Ação referente a danos no imóvel devido a um vazamento de água.
- vii. Ação para regularizar o fornecimento de água no município de tauá, mediante o cumprimento das exigências estabelecidas no relatório da arce; requer ainda a condenação ao pagamento de indenização no valor de R\$ 500.000,00 por suposto descumprimento das normas do CDC.
- viii. Ação ordinária promovida contra o Município de Itapipoca, visando extinguir o crédito tributário referente ao ISS do período de agosto de 2001 a julho de 2002 e setembro de 2002 a agosto de 2004.
- ix. Ação de indenização ao proprietário de terreno por danos de desvalorização. O terreno foi adquirido, inicialmente, para ser construído uma estação de tratamento de esgoto, entretanto o terreno está sendo utilizado como poço, sem qualquer tratamento de esgoto.
- x. Ação de indenização pelas terras invadidas.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	31/03/2019			31/12/2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<u>Diferenças temporárias</u>						
Provisões para contingências	16.666	6.000	22.666	16.013	5.764	21.777
Provisões para perdas estoques	335	121	456	335	121	456
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.013	3.965	14.978	10.709	3.855	14.564
<u>Prejuízo fiscal e saldo negativo</u>	-	-	-	-	-	-
<u>Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde</u>	33.537	12.073	45.610	33.537	12.073	45.610
Total diferido ativo	61.551	22.159	83.710	60.594	21.813	82.407
<u>Diferenças temporárias</u>						
Variação cambial - exclusão regime de caixa	23	8	32	(501)	(181)	(681)
<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	(182.849)	(65.826)	(248.675)	(185.437)	(66.757)	(252.194)
Total diferido passivo	(182.826)	(65.818)	(248.643)	(185.938)	(66.938)	(252.876)
Total de imposto diferido líquido	(121.275)	(43.659)	(164.932)	(125.344)	(45.125)	(170.469)

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde

O plano de assistência médica dos empregados da Cagece foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

Tipo de contratação: coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);

- Contribuição: da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- Valor da contribuição: fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- Modalidade: ambulatorial e hospitalar com obstetria, sem odontológico;
- Acomodação: apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

Em relação ao plano odontológico, temos que:

- Contribuição: da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- Valor da contribuição: fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária.

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos beneficiários ativos e aposentados (bem como seus respectivos dependentes e agregados). Referida contribuição é reajustada anualmente, em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente – em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

O valor da contribuição mensal (prêmio) pago pela CAGECE tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o valor pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o valor do salário mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela CAGECE é permitido aos ex-empregados, aposentados desligados da patrocinadora, continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente – conforme ditames da Lei 9.656/98.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde--Continuação

Frente a severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados, por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela CAGECE em favor de seus empregados (ativos), por serem calculadas como sendo um custo médio no qual o aumento na sinistralidade, decorrente dos aposentados, ocasionará, como consequência, elevação das contribuições de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes, após o desligamento da CAGECE, caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a mensalidade paga pela CAGECE para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), onde o compromisso da CAGECE corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médico médio – observada toda a massa com tal perfil.

Para tanto foram consideradas na avaliação atuarial as seguintes informações:

<u>Ativos</u>	<u>!</u>
Número	1.206
Idade Média	46
<u>Dependente de Ativos</u>	
Número	3.007
Idade Média	41
<u>Assistidos</u>	
Número	166
Idade Média	70
<u>Dependentes dos Assistidos</u>	
Número	121
Idade Média	58
<u>Assistidos – PRSP e PPA</u>	
Número	308
Idade Média	66
<u>Dependentes dos Assistidos– PRSP e PPA</u>	
Número	598
Idade Média	47

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde--Continuação

Em função do Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) – em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos - foram garantidos àqueles que aderissem à época, dentre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado. Durante este prazo, fica mantida a participação da CAGECE, como se empregado fosse, inclusive aos seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência médica é garantido desde integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

(a) Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAGECE.

(b) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAGECE, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para o plano assistencial - como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAGECE.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde--Continuação

(c) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no plano de assistência médica, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O Aging Factor adotado para 2018 foi de 2,50%, com base na experiência de mercado da consultoria.

Biométricas e Demográficas	31/12/2017	31/12/2018
Tábua de mortalidade geral	AT-83 Masculina	AT- 2000, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	Experiência IAPC	Experiência IAPC
Rotatividade	0,00%	0,00%
Composição familiar	Família Real	Família Real
Entrada em aposentadoria	Homens: 62 anos Mulheres: 62 anos	Homens: 63 anos Mulheres: 61 anos
Take-up	50,00%	56,45%
Econômicas e Financeiras	31/12/2017	31/12/2018
Custos Médicos Médios	Custos por idade	738 ⁽ⁱ⁾
Taxa nominal de desconto atuarial	9,27%	9,14%
Inflação de Longo Prazo	4,03%	4,00%
Taxa de Crescimentos dos Custos Médicos	2,68%	3,50%
Aging Factor ("Fator de envelhecimento")	Não aplicável	2,50%
Taxa de reajuste de benefícios do plano	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade	Não aplicável	Não aplicável

(i) Custo médico mensal posicionado na idade 60.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde--Continuação

d) Conciliação do saldo do Valor Presente da Obrigação Atuarial do plano

Conforme pode ser observado a seguir, inexistem ativos financeiros para a cobertura do passivo originado pelo plano de assistência médica.

	Valor Presente das Obrigações Atuariais	Valor Justo dos Ativos do Plano	Limite de Ativo	Passivo / (Ativo) Líquido Total
1. Valor no início do exercício	97.689	-	-	97.689
2. Custo do serviço corrente	917	-	-	917
3. Custo dos juros	8.802	-	-	8.802
4. Ganhos ou perdas atuariais	(33.229)	-	-	(33.229)
5. Mudança de hipóteses	86.132	-	-	86.132
6. Benefícios pagos diretamente pela empresa	(5.821)	-	-	(5.821)
7. Valor no final do exercício	154.490	-	-	154.490

Ainda, já se encontra contabilizado no passivo da CAGECE, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora – sob tempo determinado - em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e PPA. Os valores contabilizados, são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 31/12/2018:

Valor presente da obrigação atuarial	154.490
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	(16.444)
Valor presente da obrigação atuarial	138.046

Desse modo, os ganhos/perdas apurado no exercício – para fins de demonstração nos Outros Resultados Abrangentes – ORA, deverá constar líquido da movimentação do valor de R\$16.444, durante o exercício de 2018, conforme quadro a seguir:

Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA) - 31/12/2017	13.679
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA) - 31/12/2018	16.444
Diferença apurada	(2.765)
Valor apurado em Outros Resultados Abrangentes - ORA	52.902
Valor líquido em Outros Resultados Abrangentes - ORA	50.137

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde--Continuação

(e) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Perfil de Vencimento da Obrigação de Benefício Definido	31/12/2018
1. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2019	7.674
2. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2020	7.940
3. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2021	5.431
4. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2022	5.360
5. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2023 ou posterior	128.085

(f) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o ano de 2019

Custo de Benefício Definido estimado para o próximo exercício	31/12/2018	31/12/2019
1. Custo do Serviço Corrente	917	3.903
2. Custo de Benefício Definido reconhecido no resultado	8.803	13.766
3. Custo reconhecido no resultado	9.720	17.669

(g) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

<u>Efeito do acréscimo de 0,25 p.p. na taxa de desconto</u>	R\$
Efeito com o acréscimo de 0,25 p.p. no custo dos juros	(307)
Efeito com o acréscimo de 0,25 p.p. valor presente das obrigações	(7.612)
<u>Efeito do decréscimo de 0,25 p.p. na taxa de desconto</u>	
Efeito com o decréscimo de 0,25 p.p. no custo dos juros	326
Efeito com o decréscimo de 0,25 p.p. no valor presente das obrigações	8.290
<u>Efeito na tábua biométrica do acréscimo da idade em um ano</u>	
Efeito com o acréscimo de um ano no custo dos juros	(699)
Efeito com o acréscimo de um ano no valor presente das obrigações	(7.850)
<u>Efeito na tábua biométrica do decréscimo da idade em um ano</u>	
Efeito com o decréscimo de um ano no custo dos juros	725
Efeito com o decréscimo de um ano no valor presente das obrigações	8.139
<u>Efeito do acréscimo de 0,25% no Aging Factor</u>	
Efeito com o acréscimo de 0,25% p.p. no custo dos juros	1.040
Efeito com o acréscimo de 0,25% p.p. valor presente das obrigações	11.675
<u>Efeito do decréscimo de 0,25% no Aging Factor</u>	
Efeito com o decréscimo de 0,25% p.p. no custo dos juros	(972)
Efeito com o decréscimo de 0,25% p.p. no valor presente das obrigações	(10.905)

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente, de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Em 27 de abril de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no montante de R\$ 109.525, sendo R\$ 16.847 referente à capitalização de incentivos fiscais, R\$ 76.154 oriundos da retenção de lucros de 2016 e 2017 e R\$ 16.524 da distribuição dos dividendos obrigatórios do exercício 2017. Nesta data, o capital social da Companhia passou para R\$ 1.869.622 dividido em 178.062.941 ações ordinárias e 56.806 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Capital social--Continuação

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada para 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 da seguinte forma (quantidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	31/03/2019			31/12/2018		
			Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
Estado do Ceará	158.087.682	38.637	158.126.319	158.087.682	38.637	158.126.319		
Município de Fortaleza	19.974.965	-	19.974.965	19.974.965	-	19.974.965		
Outros	294	18.169	18.463	294	18.169	18.463		
	178.062.941	56.806	178.119.747	178.062.941	56.806	178.119.747		

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,65% do capital social votante da Companhia (2018: 88,65%), conforme composição discriminada abaixo (valor do capital):

	Ordinárias	Preferenciais	31/03/2019		Ordinárias	Preferenciais	31/12/2018	
			Total	%			Total	%
Estado do Ceará	1.649.320	8.097	1.657.417	88,65%	1.649.320	8.097	1.657.417	88,65%
Município de Fortaleza	208.395	-	208.395	11,15%	208.395	-	208.395	11,15%
Outros	3	3.807	3.810	0,20%	3	3.807	3.810	0,20%
	1.857.718	11.904	1.869.622	100,00%	1.857.718	11.904	1.869.622	100,00%

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de “Reserva de lucros” corresponde às reservas legal e estatutária, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, de incentivos fiscais e retenção de lucros, conforme a seguir:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída anualmente como destinação de até 10% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva estatutária tem por fim ser usada para pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluindo pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0086/2017, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de modernização de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 528.001.800 m³/ano, correspondente a 100% da capacidade do empreendimento modernizado, a partir do ano-calendário de 2017, por um prazo de 10 anos, com término no ano-calendário de 2026.

d) Reserva de retenção de lucros

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de retenção de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito conforme estabelece o art. 199 da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Reserva de lucros--Continuaçãoe) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

	Saldo		Saldo		Saldo
	31/12/2017	Realização	31/12/2018	Realização	31/03/2019
<u>Ativo não circulante</u>					
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	784.887	(43.138)	741.749	(10.353)	731.396
<u>Passivo não circulante</u>					
Impostos diferidos	(266.862)	14.667	(252.195)	3.520	(248.675)
<u>Patrimônio líquido</u>					
Ajuste de avaliação patrimonial	518.025	(28.471)	489.554	(6.833)	482.721

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Informações por segmento

A Administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional, apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamento sanitário em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto, os custos correspondentes não podem ser segregados em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado);
- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta - água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados à prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo setor financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

25. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Lucro antes do imposto	33.436	50.295
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	11.368	17.100
Despesas indedutíveis	1.128	913
Realização do custo atribuído	3.520	3.520
Outras despesas não dedutíveis	249	316
Reversão de provisões indedutíveis	889	161
Benefícios Fiscais	(321)	(361)
Outros itens	-	24
Imposto de renda e contribuição social correntes	16.833	21.673
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	-	(5.107)
	16.833	16.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.536)	(4.594)
Encargo fiscal	11.297	11.972
Alíquota efetiva	33,79%	23,80%

A alíquota de imposto média em 31 de março de 2019 é de 33,79% (23,80% em 31 de março de 2018).

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Partes relacionadas

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Repasses de recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará, decorrentes do financiamento contratado pelo Governo junto à Caixa Econômica Federal, o qual vem sendo pago pela Companhia por força do Convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a CAGECE (Nota 17.ii).

b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato.
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no período findo em 31 de março de 2019, correspondeu a R\$ 2.726 (R\$2.639 em 31 de março de 2018) e está registrada na rubrica "custos dos serviços prestados".
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais.

27. Honorários da Administração

Conforme publicação em Diário Oficial a remuneração para os Administradores ficou em R\$ 13 mensais aos diretores e de R\$17 mensais ao presidente. Permanecendo a remuneração dos Conselheiros Administrativos e Fiscais no valor R\$ 5 mensais para cada Conselheiro, em atendimento à Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme os mesmos critérios anteriormente aprovados em 2016.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Honorários da Administração--Continuação

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, em 31 de março de 2019, totalizou em R\$755 (R\$ 835 em 31 de março de 2018), registrado na rubrica "Despesas administrativas da demonstração de resultado".

28. Instrumentos financeiros

Considerando os termos da CVM nº 550/08, a Companhia procedeu à avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Ativos financeiros - contratos de concessão	271.321	271.321	224.361	224.361
Contas a receber de clientes	261.885	261.885	269.913	269.913
Caixa e equivalentes de caixa	799	799	1.206	1.206
Aplicações financeiras	141.732	141.732	162.905	162.905
Depósitos vinculados a convênios	98.730	98.730	78.381	78.381
Passivos financeiros				
Incentivo à aposentadoria - PRSP	104.110	104.110	98.725	98.725
Empréstimos e financiamentos	392.923	386.816	397.096	398.997
Fornecedores	119.704	119.704	124.618	124.618
Obrigações com clientes	3.528	3.528	3.558	3.558
Arrendamento mercantil	18.006	18.006	-	-

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros--ContinuaçãoEstimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Instituições financeiras	Taxa contratual	Período de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6% a 8% + taxa adm de 1% ou 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + atualização monetária FGTS (TR)	157	9%
Santander	Operação Finame: TJLP 2,10% + 3% (remuneração do agente)	41	11,42%
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará	Juros de 6,5% a 8% + 2% taxa adm + 2% risco de crédito	29	9%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	i) Juros de 1,81% a.a. + TJLP; ii) 2,71% a.a. + TJLP	65	10,32%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	i) Juros de 3,69% a.a. + 1,15%(spread BID); ii) juros de 0,84%a.a + 1,15% a.a (Spread BID) + Mecanismo Unimonetário convertido via Libor	127	4,49%

29. Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Previdência complementar--Continuação

A Cageprev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização) e definida. Em linha com a modalidade definida, a Companhia faz contribuições à Cageprev de forma obrigatória e contratual. Portanto, a Companhia não possui qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar – Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Em 31 de março de 2019, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R\$851 (R\$732 em 31 de março de 2018). A Cageprev encerrou em 31 de março de 2019 com 1.453 participantes (1.459 em 31 de dezembro de 2018), sendo 1.369 (1.378 em 31 de dezembro de 2018) ativos e 84 (81 em 31 de dezembro de 2018) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$208.906 (R\$202.109 em 31 de dezembro de 2018).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela Cageprev, a qual emitiu parecer datado de 07 de fevereiro de 2019, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da Cageprev.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	<u>31/03/2019</u>
Taxa real anual de juros	5,25% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83

30. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação do período é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

30. Lucro por ação básico e diluído--Continuação

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	22.132	38.310
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	7	13
	<u>22.139</u>	<u>38.323</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	178.063	169.182
Média ponderada de número de ações preferenciais	57	57
	<u>178.120</u>	<u>169.239</u>
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	0,1243	0,2264
Ação preferencial	0,1367	0,2491

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

31. Receitas de serviços

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita de serviços de abastecimento de água	259.990	253.613
Receita de serviços de esgotamento sanitário	97.467	92.135
Receita de construção	26.218	15.829
	<u>383.675</u>	<u>361.577</u>
Impostos sobre vendas	(33.065)	(31.982)
Receita líquida	<u>350.610</u>	<u>329.595</u>

As áreas de atuação da Companhia encontram-se localizadas dentro do estado do Ceará. Adicionalmente, não foram identificados impactos significativos dos CPCs 47 e 48.

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

32. Custos dos serviços prestados

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Insumos	(57.062)	(51.351)
Serviços	(52.055)	(49.153)
Depreciação e amortização	(76.472)	(40.116)
Pessoal	(25.084)	(24.583)
Materiais	(6.015)	(5.253)
Custos gerais	(4.577)	(6.532)
Concessão	(2.726)	(2.639)
Custos operacionais	(223.991)	(179.627)
(-) Créditos de PIS e COFINS	10.711	10.595
Custos operacionais líquidos	(213.280)	(169.032)
Custos de construção	(26.218)	(15.829)
	(239.498)	(184.861)

O grupo Serviços compreende os custos com serviços de manutenção e operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros, serviços técnicos profissionais, serviços de cortes e religações, serviços de vigilância do sistema e demais serviços.

A variação na rubrica de “depreciação e amortização”, foi em virtude do aumento na Taxa WACC utilizada para o cálculo da atualização do ativo financeiro.

33. Despesas comerciais

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Serviços	(21.736)	(17.243)
Provisão para perdas de credito estimada	(10.086)	(9.965)
Pessoal	(5.923)	(5.878)
Gerais	(1.242)	(2.181)
	(38.985)	(35.267)

Notas Explicativas**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

34. Despesas administrativas

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Pessoal	(37.803)	(33.627)
Serviços	(15.934)	(16.220)
Causas judiciais	(2.699)	(1.820)
Gerais	(2.583)	(1.176)
Tributária	(6.754)	(6.388)
Transportes	(522)	(1.298)
Depreciação e amortização	(809)	(719)
Honorários da administração	(755)	(835)
	<u>(67.859)</u>	<u>(62.092)</u>

35. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.915	1.295
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 11) (a)	44.999	9.713
Juros recebidos de clientes	3.292	3.161
Atualização monetária	34	403
Juros ativos	528	474
Variação cambial ativa	11.713	8.845
(-) PIS/Cofins s/ receita financeira	(2.454)	-
	<u>62.027</u>	<u>23.891</u>
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(6.463)	(5.842)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(5.330)	(2.404)
Atualização monetária	(1.086)	(122)
Variação cambial passiva	(13.812)	(9.520)
Outras	(3.092)	(394)
	<u>(29.783)</u>	<u>(18.282)</u>
	<u>(32.244)</u>	<u>5.609</u>

(a) A variação na receita de atualização do ativo financeiro deve-se ao aumento na Taxa WACC utilizada para o cálculo do valor presente do ativo financeiro.

Notas Explicativas

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações trimestrais--Continuação
31 de março de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

36. Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite
Diretor de Operações

Francied Assis de Mesquita Ciriaco
Diretor de Planejamento e Captação
de Recursos

Cláudia Elizângela Caixeta Lima
Diretora de Mercado e Unidade de
Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez
Diretor de Unidade de Negócio
do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor de Gestão Corporativa

Sileno Kleber Guedes Filho
Diretor Jurídico

Pedro Henrique Leite Gomes
Contador CRC/CE 018577/O-8

Flávia Liduina Costa Gurgel
Gerente de Contabilidade

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos Acionistas e Conselheiros da

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Fortaleza-CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 20 de março de 2019 e 14 de maio de 2018, respectivamente, que não conteve nenhuma modificação.

Fortaleza, 14 de maio de 2019

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 CE 001465/F-4

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1SP 120458/O-6 – S - CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e aprovaram as informações contábeis intermediárias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019.

Fortaleza, 14 de maio de 2019.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas

Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite

Diretor de Operações

Francied Assis de Mesquita Ciriaco

Diretor de Planejamento e Captação de Recursos

Cláudia Elizângela Caixeta Lima

Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez

Diretor de Unidade de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor

Diretor de Engenharia

Sileno Kleber Guedes Filho

Diretor Jurídico

Dario Sidrim Perini

Diretor de Gestão Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019.

Fortaleza, 14 de maio de 2019.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas

Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite

Diretor de Operações

Francied Assis de Mesquita Ciriaco

Diretor de Planejamento e Captação de Recursos

Cláudia Elizângela Caixeta Lima

Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez

Diretor de Unidade de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor

Diretor de Engenharia

Sileno Kleber Guedes Filho

Diretor Jurídico

Dario Sidrim Perini

Diretor de Gestão Corporativa